

v. 6 • n. 11 • dez. 2009
Semestral

Edição em Português

Víctor Abramovich

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais:
Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano
de Direitos Humanos

Viviana Bohórquez Monsalve e Javier Aguirre Román

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação
no Direito Internacional dos Direitos Humanos

Debora Diniz, Livia Barbosa e Wederson Rufino dos Santos

Deficiência, Direitos Humanos e Justiça

Julieta Lemaitre Ripoll

O Amor em Tempos de Cólera: Direitos LGBT na Colômbia

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Malcolm Langford

Judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
no Âmbito Nacional: Uma Análise Socio-Jurídica

Ann Blyberg

O Caso da Alocação Indevida: Direitos Econômicos e Sociais
e Orçamento Público

Aldo Caliari

Comércio, Investimento, Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

Patricia Feeney

A Luta por Responsabilidade das Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de Advocacy

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Entrevista com Rindai Chipfunde-Vava,
Diretora da Zimbabwe Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos



REDE UNIVERSITÁRIA
DE DIREITOS HUMANOS

SUR

Um projeto da Conectas Direitos Humanos

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretória (África do Sul)
Emílio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Europeia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyed Universidade do Cairo (Egito)
Richard Pierre Claude Universidade de Maryland (Estados Unidos)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa
Flavia Scabin
Juana Kweitel (editora associada)
Thiago Amparo

EDIÇÃO

Thiago Amparo

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

CIRCULAÇÃO

Renato Barreto

IMPRESSÃO

Prol Editora Gráfica Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Antonio Carlos Gomes da Costa Modus Faciendi (Brasil)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato Universidade Central da Venezuela (Venezuela)
Daniela Ikawa Public Interest Law Institute (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdés Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Representante Regional, Oficina do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert FLACSO (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassis Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (UBA)
Victor Topanou Universidade Nacional de Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <www.revistasur.org>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); DOAJ (Directory of Open Access Journals); Scielo e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e B1 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 – .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

SUMÁRIO

VÍCTOR ABRAMOVICH	7	Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos
VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE E JAVIER AGUIRRE ROMÁN	41	As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos
DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA E WEDERSON RUFINO DOS SANTOS	65	Deficiência, Direitos Humanos e Justiça
JULIETA LEMAITRE RIPOLL	79	O Amor em Tempos de Cólera: Direitos LGBT na Colômbia
DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS		
MALCOLM LANGFORD	99	Judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Âmbito Nacional: Uma Análise Socio-Jurídica
ANN BLYBERG	135	O Caso da Alocação Indevida: Direitos Econômicos e Sociais e Orçamento Público
ALDO CALIARI	155	Comércio, Investimento, Financiamento e Direitos Humanos: Avaliação e Estratégia
PATRICIA FEENEY	175	A Luta por Responsabilidade das Empresas no Âmbito das Nações Unidas e o Futuro da Agenda de Advocacy
COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS		
	193	Entrevista com Rindai Chipfunde-Vava, Diretora da Zimbabwe Election Support Network (ZESN)
	198	Relatório sobre o IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos

APRESENTAÇÃO



Esta edição da Revista Sur foi desenvolvida em colaboração com a Rede DESC (Rede Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Esta rede promove a cooperação entre organizações e acadêmicos do mundo todo empenhados em garantir a justiça econômica e social por meio dos direitos humanos. Para este fim, a Rede contribui para o desenvolvimento de uma voz coletiva sobre o tema, além de promover a interação entre seus membros, troca de informações e aprendizado conjunto, promoção de novas ferramentas e estratégias e fortalecimento do intercâmbio entre diferentes regiões, idiomas e áreas de estudo.

Entre os artigos publicados nesta edição, quatro são versões revisadas de documentos produzidos para a Reunião Internacional de Estratégias em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e Assembleia Geral da Rede-DESC, realizada no Quênia entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2008, revisadas com base nos debates intensos e frutíferos entre os participantes desta reunião. O objetivo desses documentos é avaliar criticamente a atuação em direitos humanos, com foco especial nos direitos econômicos, sociais e culturais – e, especialmente, o trabalho conjunto que os membros e participantes da Rede-DESC vêm desenvolvendo em diferentes áreas temáticas. Os artigos também buscam avaliar oportunidades e desafios futuros, além de discutir intervenções estratégicas a fim de garantir proteção efetiva dos direitos humanos*.

Assim, nesta edição apresentamos um dossiê

que discute quais desafios organizações e movimentos sociais que lutam por direitos sociais no mundo têm enfrentado em algumas áreas, suas principais estratégias e uma lista de recomendações para ações futuras.

No primeiro artigo do dossiê, Ann Blyberg apresenta um breve resumo do uso da análise orçamentária pela sociedade civil, e explica em que consiste o uso de verba pública como ferramenta na efetivação dos direitos, principalmente os direitos econômicos, sociais e culturais. Blyberg também discute os diferentes focos – transparência, gênero e direito à alimentação – do trabalho atual nesse campo, além de citar exemplos de experiências de grupos da sociedade civil de diferentes países.

Aldo Caliari analisa como o crescente comércio internacional e fluxos financeiros transnacionais, desregulamentações, privatizações e funções reduzidas do Estado culminaram no enfraquecimento da capacidade do Estado de adotar medidas necessárias ao respeito, à proteção e à efetivação dos direitos humanos dentro de seu território. Com base em uma descrição geral das tendências ditadas pelo cruzamento de políticas de comércio, finanças, investimentos e direitos humanos, Caliari mostra um panorama das estratégias utilizadas por diferentes organizações na proteção dos direitos humanos nesse contexto, incluindo algumas iniciativas bem sucedidas.

Patricia Feeney descreve os altos e baixos do processo de criação de parâmetros universais em relação à responsabilidade das empresas por violações de direitos humanos. Feeney reflete sobre as razões que levam ao abandono do Projeto de Normas da ONU sobre as Responsabilidades de Empresas Transnacionais e também avalia prós e contras do “Marco Proteger, Remediar e Respeitar”, adotado pelo Conselho de Direitos

* Foram produzidos outros artigos que abordam o uso de estratégias de direitos humanos por parte de movimentos sociais e comunidades de base, além do trabalho na área dos direitos econômicos, sociais e culturais da mulher. Eles podem ser solicitados diretamente à secretaria da Rede-DESC por e-mail: nfo@escr-net.org.

Humanos em 2008, por ocasião da proposta do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, John Ruggie.

Por fim, Malcom Langford oferece um panorama sócio-jurídico da judicialização dos direitos econômicos e sociais na esfera nacional, formulando questionamentos sobre suas origens, seu conteúdo e suas estratégias. Também aborda o debate em torno do impacto do litígio e uma avaliação das principais lições aprendidas. Por fim, Langford propõe algumas ideias acerca do desenvolvimento futuro nesse campo.

Além destes artigos, outras cinco contribuições sobre diversos temas e uma entrevista completam esta edição da Revista. No primeiro artigo, Víctor Abramovich apresenta uma visão geral de algumas discussões estratégicas em torno do papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no cenário político regional. O autor sugere que, no futuro, este sistema deve aumentar seu papel político, focando nos padrões estruturais que afetam o exercício dos direitos por parte de setores marginalizados da população.

O artigo de Viviana Bohórquez Monsalve e Javier Aguirre Román faz uma reconstrução conceitual das três tensões que envolvem o conceito de dignidade humana: a) a tensão entre o caráter natural e o artificial do ser humano (ou consensual ou passivo); b) a tensão entre o caráter abstrato e o concreto; e c) a tensão entre o caráter universal e particular.

No terceiro artigo, Débora Diniz, Lívia Barbosa e Wederson Rufino dos Santos demonstram como o estudo da deficiência tem se consolidado em torno do conceito de desvantagem social. Como resultado desse conceito e conforme adotado na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as deficiências não se resumem a um catálogo de doenças listadas por especialis-

tas da Biomedicina, mas representam um conceito que denuncia a desigualdade imposta por obstáculos ao corpo com impedimentos.

Considerando a violência sofrida por grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) na Colômbia e as decisões adotadas pela Corte Constitucional relacionadas à proteção da livre opção sexual, Julieta Lamaitre Ripoll analisa, no quarto artigo, o papel simbólico da lei e alega que os ativistas em seu país têm um relacionamento ambíguo com o Direito: ao mesmo tempo em que suspeitam deste em razão de sua ineficiência, eles lutam pela reforma legislativa e comemoram a evolução da jurisprudência da Corte Constitucional.

A pedido dos participantes do IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos, pela primeira vez foi incluído na Revista Sur um breve relato sobre o evento. Além disso, durante o IX Colóquio, foi feita uma entrevista com Rindai Chipfunde-Vava, diretora da ZESN (Rede de Apoio às Eleições no Zimbábue), que finaliza esta edição da Revista Sur. Rindai Chipfunde-Vava enfatiza a importância da observação eleitoral na África e insiste que defensores de direitos humanos vejam as eleições como uma questão relacionada aos direitos humanos.

Agradecemos o apoio da Fundação Ford, da Rede-DESC e do Observatório Interdisciplinar de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela publicação desta edição da Revista Sur.

Por fim, temos o enorme prazer de anunciar que a Fundação Carlos Chagas apoiará a Revista Sur em 2010 e 2011. Essa nova parceria é bastante promissora uma vez que, além do apoio financeiro, esse renomado instituto de pesquisa complementará a equipe editorial da Revista.



RINDAI CHIPFUNDE-VAVA

Rindai Chipfunde-Vava é diretora da organização *Zimbabwe Election Support Network* (ZESN). Ela é cientista política e *fellow* da Universidade de Stanford. Anteriormente, Rindai ocupou o posto de Coordenadora Nacional para o Zimbábue na organização *Southern African Human Rights NGOs Network* (SAHRINGON) e Coordenadora de Projetos na organização *Zimbabwe Human Rights Association* (ZimRights). Atuou como observadora de muitas eleições em diferentes organismos da *Southern African Development Community* (SADC), assim como em outras regiões da África, Ásia, e da América.

Original em inglês. Traduzido por Muriel Soares.



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.
Este artigo está disponível *online* em <www.revistasur.org>.

ENTREVISTA COM RINDAI CHIPFUNDE-VAVA, DIRETORA DA ZIMBABWE ELECTIONS SUPPORT NETWORK (ZESN)

Por Conectas Direitos Humanos*

Conectas realizou essa entrevista durante a participação de Rindai no IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos que ocorreu em São Paulo, Brasil, em Novembro de 2009. Desde junho de 2007, Conectas tem facilitado a campanha inter-regional denominada *Friends of Zimbabwe* (Amigos do Zimbábue), composta por sete ONGs de seis países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela). A campanha é desenvolvida em parceria com ONGs no Zimbábue, entre elas ZESN e *Zimbabwe Lawyers for Human Rights* (ZLHR).

Os objetivos da campanha são: (1) conscientizar diferentes setores sobre a atual situação do Zimbábue; (2) apoiar ONGs do Zimbábue, por meio da troca de experiências e do suporte às ações levadas a cabo por estas organizações; (3) incidir nos governos da América latina, por meio de estratégias de *lobby*, para que estes pressionem e influenciem o governo do Zimbábue com vistas a restabelecer o Estado de Direito e proteger direitos humanos no país; (4) promover a cooperação entre a União Africana (UA), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Conectas: *Como você começou a trabalhar no monitoramento de eleições?*

R: Eu iniciei a minha carreira trabalhando para uma organização de direitos humanos chamada *ZimRights*, no final da década de 90. Enquanto trabalhava nesta organização, tive a oportunidade de ser observadora eleitoral. Trabalhei como observadora nas eleições do Malawi e percebi que mudanças eleitorais positivas estavam acontecendo, justamente por causa da presença de

* Nós gostaríamos de agradecer Rebecca Dumas pela colaboração na transcrição dessa entrevista e Tamaryn Nelson pela edição final. Original em inglês, traduzido por Muriel Soares.

observadores. Também percebi que nada nesse sentido estava sendo feito com relação às eleições no Zimbábue. E, diante dessa constatação, um grupo de organizações não-governamentais criou a *Zimbabwe Election Support Network* (ZESN), em 2000. As eleições realizadas após a sua criação foram muito contestadas, além dos riscos serem também muito altos. Estas eleições foram muito controversas porque, pela primeira vez, havia uma oposição forte – *Movement for Democratic Change* (MDC). Isto tornou a observação eleitoral ainda mais relevante, pois creio que, caso contrário, muitas irregularidades teriam passado despercebidas.

Conectas: *Como é a estrutura da organização ZESN?*

R: ZESN é uma organização criada no final de 1999, mas o trabalho começou efetivamente quando atuamos como observadores das eleições governamentais locais em 2000. Desde então, nunca deixamos de observar eleições. No que se refere à estrutura da organização, somos uma coalizão de 30 organizações, que se reúnem anualmente. Há também um Conselho e um Secretariado, do qual sou a Diretora Nacional. Além da sede em Harare, temos escritórios em três províncias.

Conectas: *Quais atividades a ZESN conduziu durante as últimas eleições no Zimbábue?*

R: Nas eleições de 2008 nossa atuação foi além da simples observação eleitoral. A maioria dos grupos de observação eleitoral fazem uma contagem de votos paralela (“parallel vote tabulation”, originalmente em inglês), mas nas eleições do Zimbábue optamos pelo método de observação eleitoral baseado em amostras (“sample-based observation”).

A observação baseada em amostras funciona da seguinte maneira: com base em estatísticas, escolhe-se uma amostra e um time de observadores é estabelecido. Assim que os resultados são contados no centro eleitoral, estes são remetidos à central de comunicação, onde são computados e a projeção é calculada, levando-se em consideração uma certa margem de erro, níveis de confiança, entre outros fatores. Além de utilizar este método, contamos com o trabalho de dez mil observadores em nove mil sessões eleitorais em todo o país, desta forma estávamos presentes fisicamente em praticamente todas as sessões eleitorais do Zimbábue. Isto fez com que os zimbabuenses confiassem em nossas projeções. Depois que publicamos os resultados, a Comissão Eleitoral demorou um mês para publicar os resultados oficiais da eleição. Finalmente, quando os resultados foram publicados, eles estavam dentro da margem de erro e, neste sentido, as nossas projeções foram capazes de antever os resultados oficiais.

Essa foi a primeira vez que ZESN utilizou o método de observação eleitoral por amostra; para tanto, contratamos consultores para nos orientar. Realizamos várias pesquisas sobre o assunto e, ao final, o resultado foi bem satisfatório. Muitos países haviam utilizado essa metodologia, mas acredito que na África fomos o primeiro grupo a fazê-lo.

Conectas: *Qual aspecto foi essencial para que a observação tivesse êxito?*

R: Para assegurar o sucesso do projeto é necessário um especialista em estatística, telefonistas, pessoas especializadas em Tecnologia da Informação (TI), coletores de dados, especialistas em criação de bancos de dados e um coordenador de projeto para dirigir todo o processo. Sobre equipamentos: necessita-se de um sistema de comunicação eficiente, incluindo equipamentos de telefonia por satélite, telefones celulares e carros. Isso é muito importante para a coleta de dados. Além disso, é importante contar com a ajuda de um grande número de voluntários.

Como mencionei antes, trabalhamos com um total de dez mil (10.000) voluntários. Desses dez mil (10.000), 500 estavam encarregados somente da projeção eleitoral. O time de voluntários se encarregava principalmente da comunicação, pois os resultados coletados deveriam ser anunciados 24 horas depois das eleições. Os números são, em seguida, comparados com os da Comissão Eleitoral, mas queríamos divulgar as nossas projeções antes da publicação oficial dos resultados, justamente para *evitar* qualquer tipo de fraude. Assim era muito importante coletar e anunciar os resultados em 24 horas. Caso contrário, o principal objetivo de todo o projeto teria fracassado.

Conectas: *Durante o Colóquio, discutimos como é difícil para defensores de direitos humanos compreenderem as eleições de um país como um tema de direitos humanos. Qual sua opinião a respeito?*

R: As eleições são um direito civil e político, e quando você olha ao redor do mundo - por exemplo, Quênia e Zimbábue – há muitas violações de direitos humanos relacionadas às eleições. Entre elas: tortura, espancamentos, assassinatos, desaparecimentos forçados, incêndios dolosos e assim por diante. Para mim, é a partir deste momento que as eleições se tornam uma questão de direitos humanos. No Zimbábue, as eleições estão muito relacionadas a violações de direitos humanos. Se não fosse pelas eleições, não acredito que teríamos um histórico tão ruim em direitos humanos.

Quando se olha para o histórico de crises no Zimbábue, nota-se que todas elas ocorreram durante anos eleitorais. Há diversos direitos relacionados às eleições: direito à reunião, direito à associação, direito à liberdade de expressão e livre associação, e etc. Muitas vezes esses direitos são violados durante o período eleitoral e esse é o ponto chave. Eu acredito que as organizações de direitos humanos devem considerar este último aspecto e incluir as eleições como um dos focos do seu trabalho.

Conectas: *Por que você acha que ultimamente tem aumentado a violência em muitos países africanos depois das eleições?*

R: Depois da independência, muitos dos partidos políticos que haviam lutado pela libertação instauraram um sistema de partido único, por isso, nos anos 80 e 90, não havia oposições. No final dos anos 90, notamos o surgimento de

partidos de oposição, como foi o caso da Zâmbia. Os países interpretaram isso como um “alerta” do fim do sistema de partido único, e decidiram “vigiar” os partidos da oposição. Consequentemente, esses novos partidos começaram a ser tratados como “inimigos” que representavam os interesses do Ocidente e que vinham para desestabilizar os partidos que haviam lutado pela libertação. Para os partidos da oposição, a única maneira de se defender era por meio do uso da violência, que eles haviam experimentado durante a luta pela libertação e não haviam esquecido. O resultado dessa polarização são eleições violentas em função da falta de tolerância a diferentes visões políticas. Quando se analisa nosso sistema eleitoral, a maioria dos países usa o sistema de votação “first past the post”, no qual o vencedor nas eleições obtém todo o poder e, portanto, possui o direito de formar o governo. É improvável que tenhamos um sistema de representação proporcional, no qual diversos partidos são representados no Parlamento e o poder é compartilhado entre eles.

Conectas: *Como você vê o papel da comunidade internacional neste contexto da polarização?*

R: No que diz respeito às eleições, a comunidade internacional deveria apoiar iniciativas locais, como a participação de observadores nacionais. Ao mesmo tempo, a comunidade internacional também deveria enviar observadores internacionais para apoiar o trabalho que fazemos. Além disso, acredito que a comunidade internacional deveria financiar mais projetos relacionados à democracia, eleições e capacitação dos eleitores. A capacitação eleitoral é um ponto chave. É importante que as pessoas saibam seus direitos e saibam como votar de maneira informada. Eu também acredito que, uma vez que as pessoas conhecem seus direitos, elas darão mais importância ao seu voto, inclusive no potencial de seu voto influenciar os resultados da eleição.

Conectas: *E sobre o papel internacional dos países africanos? Você acha que é possível quebrar o padrão do voto em bloco dos países africanos na ONU?*

R: É um processo lento e depende de cada caso. Acredito que as Nações Unidas (ONU) deveriam ter uma orientação mais temática do que por país. Colocar na agenda um país como o Zimbábue, antes de discutir qualquer tema específico, faz com que outros países como China, Rússia e até a África do Sul fiquem em cima do muro. Se países específicos são colocados na agenda, eu não vejo como romper esses votos em bloco. Há também a influência do Pan-Africanismo. Precisamos de estratégias para colocar esses temas específicos na agenda das Nações Unidas.

Conectas: *Na sua opinião, tendo em vista que você mencionou a China, gostaríamos de perguntar qual é o papel deste país como membro da comunidade internacional, especialmente no contexto da África?*

R: A China é muito presente no Zimbábue. Nós costumávamos ter países da União Européia como nossos principais investidores, mas agora temos a China.

É uma pena que alguns países ou organizações, como *Commonwealth*, tenham deixado de intervir nas crises do Zimbábue.

No início da crise, a União Européia seguiu uma política de não se envolver, o que deu espaço para a China vir para o Zimbábue. Não importa qual a gravidade da situação de um país, eu acho que a comunidade internacional nunca deveria deixar de se comprometer. Deveriam continuar pressionando para que outros países como a China não monopolizem as oportunidades de investimento. Agora mesmo, China está investindo em minerais e agricultura no Zimbábue. Para mim a presença mais forte da China é um problema porque não há uma tradição democrática no país. Se esses são os amigos do Zimbábue, eles serão provavelmente convidados a observar nossas eleições, porém, sem terem um passado de eleições justas e livres em seus próprios países. Outros exemplos são a Líbia e a Rússia. Um país deve convidar diferentes países, inclusive aqueles com históricos positivos em direitos humanos, para que possam inspecionar o processo de maneira objetiva e para que recomendem como o Zimbábue pode melhorar seu sistema eleitoral.

Conectas: *Finalmente, você poderia nos dar sua opinião pessoal a respeito do indiciamento de Omar AL Bashir, presidente do Sudão, pelo Tribunal Penal Internacional?*

R: Eu acredito que foi muito positivo, porque de onde eu venho há uma crença de que presidentes não podem ser acusados criminalmente. Este foi um aviso a todos os presidentes de que, se eles violarem direitos humanos, eles podem ser indiciados, pois ninguém está acima da lei. Nada mais aconteceu até então, mas eu acho que é um bom avanço. É um aviso aos atuais presidentes que violaram direitos humanos e cometeram abusos de poder. O mundo está olhando.

São Paulo, 14 de novembro de 2009.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ
Origem, sentido e futuro dos
direitos humanos: Reflexões para
uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN
Direitos sociais, econômicos
e culturais e direitos civis e
políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E
A. SCOTT DUPREE
Reflexões acerca da sociedade
civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN
O advento das ações movidas no
Sul para reparação por abusos
dos direitos humanos

VINODH JAICHAND
Estratégias de litígio de interesse
público para o avanço dos
direitos humanos em sistemas
domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY
A repressão nos Estados Unidos
após o atentado de 11 de
setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO
Apenas os Estados-membros
podem fazer a ONU funcionar
Cinco questões no campo dos
direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY
Declaração e Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio:
Oportunidades para os direitos
humanos

FATEH AZZAM
Os direitos humanos na
implementação dos Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE
Direito à educação e educação
para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES
O direito ao reconhecimento para
gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE
Implementação do direito ao
desenvolvimento

STEVEN FREELAND
Direitos humanos, meio ambiente
e conflitos: Enfrentando os
crimes ambientais

FIONA MACAULAY
Parcerias entre Estado e
sociedade civil para promover a
segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH
Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH
Linhas de trabalho em direitos

econômicos, sociais e culturais:
Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN
Comércio e direitos humanos:
rumo à coerência

CARLOS M. CORREA
O Acordo TRIPS e o acesso a
medicamentos nos países em
desenvolvimento

BERNARDO SORJ
Segurança, segurança humana e
América Latina

ALBERTO BOVINO
A atividade probatória perante a
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

NICO HORN
Eddie Mabo e a Namíbia:
Reforma agrária e direitos pré-
coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE
O acesso à justiça e a proteção
aos direitos humanos na Nigéria:
Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE
Reabertura dos processos pelos
crimes da ditadura militar
argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA
Direitos humanos e
justiciabilidade: Pesquisa no
Tribunal de Justiça do Rio de
Janeiro

LOUISE ARBOUR
Plano de ação apresentado pela
Alta Comissária das Nações
Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE
O desafio da mensuração nos
direitos humanos

MARIO MELO
Últimos avanços na justiciabili-
dade dos direitos indígenas no
Sistema Interamericano de Direi-
tos Humanos

ISABELA FIGUEROA
Povos indígenas versus
petrolíferas: Controle
constitucional na resistência

ROBERT ARCHER
Os pontos positivos de diferentes
tradições: O que se pode ganhar e
o que se pode perder combinando
direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN
Releitura do desenvolvimento e
dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ
Breves considerações sobre os

mecanismos de participação para
ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE
Empresas farmacêuticas e acesso
a medicamentos nos países em
desenvolvimento: O caminho a
seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN
Os programas sociais sob a ótica
dos direitos humanos: O caso da
Bolsa Família do governo Lula
no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID
PADILLA E LEO ZWAAK
Comparação esquemática dos
sistemas regionais e direitos
humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN
Luzes e sombras do novo
Conselho de Direitos Humanos
das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ
O papel das vítimas nos
procedimentos perante o Tribunal
Penal Internacional: seus direitos
e as primeiras decisões do
Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA
O direito à identidade cultural
dos povos indígenas e das
minorias nacionais: um olhar a
partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE
Grandes promessas, pequenas
realizações: justiça transicional
na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD
Fortalecendo o
policiamento democrático
e a responsabilização na
Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO
Políticas de segurança pública
no Brasil: tentativas de
modernização e democratização
versus a guerra contra o crime

TOM FARER
Rumo a uma ordem legal
internacional efetiva: da
coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI
O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA
A desigualdade e a subversão do
Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES
A judicialização da política na

Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN
Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS
Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Justiça transicional

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda
RAMONA VIJEYARASA
Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.
O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ
Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção

sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

Direito à saúde e acesso a medicamentos

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSE E DOMINGO

LOVERA PARMO
Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

Sessenta anos da Declaração Universal de Direitos Humanos

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta

pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E

DAMIEN SHORT
A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

Direitos Humanos das Pessoas em Movimento: Migrantes e Refugiados

KATHARINE DERDERIAN E

LIESBETH SCHOCKAERT
Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos